



Estratégia
Concursos

1° SIMULADO

TCE SC

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

PRÉ-EDITAL

Simulado Especial

1º Simulado TCE-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE-SC;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TCE-SC-23-08-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E
23 – C E	47 – C E	
24 – C E	48 – C E	

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Por que o Brasil “ficou para trás”? Por que a renda média por habitante dos norte-americanos praticamente quadruplicou em 91 anos, entre 1822 e 1913, ao passo que a brasileira ficou estagnada, enquanto a malha ferroviária na ex-colônia inglesa era vinte vezes maior do que a nossa na entrada do século xx?

Dos grandes enigmas da economia pode-se dizer, sem muito exagero, que cada um admite três explicações verdadeiras e uma falsa (duas das quais são de Keynes). Aos olhos de Joaquim Murinho, contudo, as causas do nosso atraso econômico em face do colosso ianque resumiam-se a uma só — o povo brasileiro.

No relatório de 1897 que o alçou, no ano seguinte, ao posto de ministro da Fazenda do governo Campos Sales, Murinho pontificou: “Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para o nosso desenvolvimento industrial porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o principal papel no progresso industrial deste país”.

O retardo civilizatório e material do Brasil, portanto, segundo a tese abraçada por inúmeros bacharéis em direito e beletristas da nossa *belle époque*, era uma decorrência da degeneração genética e moral produzida pela miscigenação racial.

(Adaptado de Eduardo Giannetti, *O Elogio do Vira-Lata e outros ensaios*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.)

Sobre os elementos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

01. O texto acima é um artigo de opinião, pois nele o autor sustenta a tese de que há um retardo civilizatório e material do Brasil.
02. Segundo o autor, o atraso do Brasil em relação aos Estados Unidos é consequência da degeneração genética e moral produzida pela miscigenação racial.
03. O ministro Campos Sales associava o sucesso industrial americano às “aptidões superiores de sua raça” (3º parágrafo), algo que julgava ausente no Brasil.

04. Para Joaquim Murinho, o povo brasileiro era a causa única e exclusiva para o atraso brasileiro.
05. Nas relações coesivas do texto, “ex-colônia inglesa” (1º parágrafo) refere-se aos Estados Unidos.
06. As perguntas feitas no primeiro parágrafo são retóricas, pois o autor as responde no desenvolvimento do texto.
07. A locução “Por que”, em suas duas ocorrências (1º parágrafo), poderia ser substituída por “Por qual razão”, sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido original.
08. No segmento “tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para o nosso desenvolvimento industrial” (3º parágrafo), a conjunção sublinhada introduz sentido comparativo.
09. No segmento “vinte vezes maior do que a nossa” (1º parágrafo), a forma “do” poderia ser suprimida, sem prejuízo gramatical.
10. No último parágrafo, o vocábulo “material” foi empregado com sentido de “financeiro”.
11. Os vocábulos “trás” e “país” são acentuados pela mesma regra gramatical.
12. O pronome “deste” (3º parágrafo) indica referência textual a elemento posterior.
13. As aspas empregadas no terceiro parágrafo indicam ironia e depreciação por parte de Joaquim Murinho.

TEXTO II

E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro, muitas vezes, se havia tornado o meu caminho. Todas as vezes em que não dava certo o que eu pensava ou sentia - é que se fazia, enfim, uma brecha, e, se antes eu tivesse tido coragem, já teria entrado por ela, mas eu sempre tivera medo do delírio e erro. Meu erro, no entanto, devia ser o caminho de uma verdade, pois, quando erro, é que saio do que entendo. Se a "verdade" fosse aquilo que posso entender, terminaria sendo apenas uma verdade pequena, do meu caminho.

LISPECTOR, Clarice. In <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000500.pdf>.

Sobre os elementos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

14. A personagem teme o erro, mas pondera que este pode ser uma forma de apreender uma nova verdade.
15. Infere-se do texto que a "verdade" fora daquilo que a personagem pode entender é uma verdade mais ampla.
16. A oração "ao começar o trabalho" expressa circunstância temporal.
17. Em "E não me esquecer", prejudicaria a correção gramatical o deslocamento da partícula "me" para após o verbo — **E não esquecer-me**.
18. No segundo período do texto, manteria a correção gramatical e os sentidos do texto a inserção da forma "de" imediatamente após "esquecer", desde que fosse inserida a partícula "me" imediatamente após "Não".
19. A supressão da vírgula após "pequena" manteria a correção gramatical do texto, bem como suas ideias originais.

20. A substituição da forma "terminaria" por "terminará" não prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antonio Daud

- Acerca da responsabilidade dos servidores públicos, do poder de polícia e do controle da Administração, julgue os itens a seguir.
21. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
22. **Situação hipotética:** Astolfo Randolpho, então servidor público efetivo do Estado de Santa Catarina, teve o registro de sua admissão negada pelo TCE-SC. **Assertiva:** A decisão da Corte de Contas subordina-se à revisão pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
23. A responsabilização civil dos servidores por danos causados a terceiros no exercício de suas atividades funcionais é subjetiva, ou seja, depende da comprovação de dolo de sua parte, necessariamente.
24. A polícia administrativa apresenta diferenças em relação à polícia judiciária. Enquanto esta tem sua atuação voltada a bens, direitos e atividades privadas, aquela atua diretamente sobre pessoas, embora esteja presente em toda a Administração Pública.
- Acerca dos serviços públicos, julgue os itens a seguir.
25. A empresa concessionária de serviços públicos deve conceder aos usuários do serviço no mínimo sete datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

26. Ainda que o usuário do serviço público encontre-se inadimplente, a interrupção do serviço não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

27. É admitida a subconcessão do serviço público delegado, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, sendo que a outorga de subconcessão será sempre precedida de licitação na modalidade concorrência.

No que se refere à lei geral de licitações, avalie os itens a seguir.

28. A tarefa consiste no regime de execução indireta de obra pública destinando-se à contratação de mão de obra para pequenos trabalhos em que nunca há fornecimento de materiais.

29. Adota-se a modalidade tomada de preços, sob o tipo maior lance ou oferta, nas licitações para concessão de direito real de uso.

30. Atendendo-se ao princípio da publicidade, consideram-se públicos os atos do procedimento licitatório, exceto no que se refere ao teor das propostas, até o momento em que se declara o vencedor do certame, constituindo crime devassar o sigilo das propostas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas assertivas, a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados na CF/88:

31. O contribuinte não poderá ajuizar mandado de segurança para obter a restituição de imposto pago indevidamente.

32. Como desdobramento do direito de resposta, apenas excepcionalmente o Tribunal de Contas da União poderá manter em sigilo a autoria de denúncia contra administrador público.

Julgue os itens que se seguem, sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil:

33. O próprio Tribunal de Contas poderá ajuizar ação de cobrança para exigir o pagamento de multas decorrentes de suas decisões.

34. A titularidade do controle externo pertence ao Poder legislativo, sendo a atuação do Tribunal de Contas, nesse caso, auxiliar, restrita à emissão de pareceres técnicos.

No que diz respeito ao processo legislativo descrito na Constituição Federal, julgue a próxima afirmação:

35. A não apreciação da medida provisória no prazo de 60 dias, contados de sua publicação, perderá sua eficácia caso não seja prorrogada, mediante decisão da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional

Julgue a assertiva seguinte, sobre o Poder Legislativo, conforme o que estabelece a Carta Constitucional e à luz do entendimento jurisprudencial a respeito:

36. Entende o STF que o parlamentar federal não poderá ser preso em nenhuma circunstância, a não ser em caso de flagrante de crime inafiançável.

Julgue as próximas afirmações, com base nas regras relacionadas ao Poder Executivo, descritas Constituição Federal:

37. Em razão da ausência de conteúdo propriamente normativo dos decretos autônomos expedidos pelo Presidente da República, tal espécie de ato primário não se submete ao controle concentrado de constitucionalidade.

Julgue o que segue, sobre as disposições relativas à organização político-administrativa do estado brasileiro, presentes na Constituição Federal:

38. Somente a União, por meio de lei complementar federal, poderá dispor sobre seguridade e previdência social.

Julgue o que se estatui a seguir, a respeito dos direitos sociais elencados na CF/88:

29. Os sindicatos possuem legitimidade ativa extraordinária para defender os interesses de seus filiados tanto em questões judiciais quanto administrativas, sem necessidade de expressa autorização.

No tocante aos direitos de nacionalidade, julgue o que se afirma a seguir:

40. Os portugueses que ostentam a condição de quase nacionais poderão exercer direitos políticos e, ainda, requerer a naturalização, desde que cumpram os requisitos constitucionais.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira

41. A estrutura integrada de controle interno e gerenciamento de risco proposta pelo *Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) está baseada em quatro categorias de objetivos. Na relação entre objetivos e componentes de controle de determinada entidade, a estrutura de governança deve ser independente de seus executivos.

42. O COSO ERM (2017) ressalta a importância do gerenciamento de riscos corporativos no planejamento estratégico e da sua incorporação em toda a organização. Estabelece definições básicas, componentes e princípios para todos os níveis da organização envolvidos em todas as etapas do gerenciamento de riscos corporativos. Esse modelo conceitual é composto por cinco componentes (governança e cultura; estratégia e definição de objetivos; planejamento estratégico; informação,

comunicação e divulgação e análise e revisão) que se combinam em um conjunto de princípios, descrevendo práticas que podem ser aplicadas de diferentes formas nas organizações, independentemente do seu tamanho, tipo ou setor econômico.

43. A Estrutura Integrada de Controle Interno proposta pelo *Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) organiza o controle interno em oito componentes. Quando uma entidade que organizou o seu controle interno a partir da estrutura do COSO realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno, está atendendo diretamente ao componente de ambiente de controle.

44. Segundo as normas preconizadas pela INTOSAI (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), quando o auditor governamental, após o término de uma auditoria, é incapaz de formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras como um todo, em virtude de discordar tão fundamentalmente delas que a situação por elas apresentada fica comprometida, ele deve emitir um parecer com ressalvas.

45. Segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), os principais tipos de auditoria do setor público, que a entidade de fiscalização superior utiliza para cumprir suas finalidades, são as auditorias de legitimidade, de regularidade e operacional.

46. As evidências, elementos essenciais e comprobatórios do achado, devem ser suficientes e completas de modo a permitir que terceiros, que não participaram do trabalho de auditoria, cheguem às mesmas conclusões da equipe; adequadas e fidedignas, gozando de autenticidade, confiabilidade e exatidão da fonte; pertinentes ao tema e diretamente relacionadas com o achado. Os atributos que devem acompanhar as evidências são validade, confiabilidade, relevância e materialidade.

47. A matriz de achados é instrumento útil para execução da auditoria, além de ser uma ferramenta importante para subsidiar e nortear a elaboração do relatório de auditoria, porque permite reunir, de forma estruturada, os principais elementos que constituirão os capítulos centrais do relatório.

48. O monitoramento, um instrumento de fiscalização previsto pelo TC SC em seu regimento interno, é considerado essencial para assegurar a eficácia das decisões desse tribunal e os resultados delas decorrentes.

49. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção. O risco de detecção independe da ação do auditor, o risco de controle está ligado ao grau de eficácia dos procedimentos conduzidos pelo auditor e o risco inerente é um risco próprio da natureza da atividade em questão.

50. Uma dos procedimentos de auditoria utilizados nos trabalhos de auditoria governamental é a revisão analítica, que consiste em um conjunto de procedimentos com o objetivo de identificar áreas prioritárias ou que devem concentrar maiores esforços do auditor. Entre as características desse conjunto de procedimentos, destaca-se a utilização de índices econômico-financeiros.

51. Durante a realização dos trabalhos de auditoria, caso o auditor governamental não consiga obter evidências apropriadas e suficientes a respeito de relacionamentos e transações com partes relacionadas, o auditor será obrigado a emitir parecer com ressalvas.

52. A amostragem não probabilística é desenvolvida com o objetivo de analisar um grupo de elementos pertencentes a uma população, mas não obedece a regras estatísticas de seleção dos elementos que permitam que as conclusões observadas na amostra possam ser estendidas ao restante da população.

53. A efetividade é grau de alcance de metas programadas em termos de produtos (bens ou serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados. O conceito de eficácia diz respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o que foi planejado.

54. A observação é a técnica ou procedimento de obtenção de evidência de auditoria que consiste na verificação “*in loco*” de bens ou qualquer outro objeto de auditoria, visando conferir sua existência e/ou seus atributos (estoques, estado de conservação, prazo de validade, bens móveis ou imóveis).

55. O auditor, no caso de ter tido conhecimento de informações que o tenham levado a encontrar um valor distinto para as demonstrações contábeis, não deverá revisar a materialidade para essas demonstrações no seu todo.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir sobre o controle da administração pública.

56. A inscrição em dívida ativa é indispensável para a execução de decisão do Tribunal de Contas que imputar débito, ainda que tal decisão possua eficácia de título executivo.

57. O controle parlamentar direto manifesta-se, por exemplo, na instituição de comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no Poder Executivo, sendo uma das atribuições da comissão a aplicação das penalidades aos responsáveis, após a concessão do contraditório e ampla defesa.

58. O controle judicial é instrumento de controle de legalidade e uma de suas características é o fato de depender de impulsionamento para a sua realização.

59. O parecer prévio relativo às contas do Presidente da República e dos governadores possui natureza opinativa, mas em relação às contas dos prefeitos municipais será uma peça de natureza vinculante.

60. Apesar de se tratar de ato complexo, decorrido o prazo de cinco anos desde a chegada do processo de registro de aposentadoria no Tribunal de Contas, haverá o registro tácito, pelo decurso do prazo, não cabendo mais ao Tribunal negar o registro do ato de aposentadoria.

61. O STF entende que cabe aos tribunais de contas realizar controle de constitucionalidade, mas esse controle será sempre posterior e ocorrerá na via de exceção.

62. O TCU, ao identificar uma ilegalidade, deverá fixar prazo para o exato cumprimento da lei e, se não atendido, promoverá a anulação do ato ilegal, comunicando a sua decisão ao Poder Legislativo.

63. No exercício da função sancionatória, cabe ao Tribunal de Contas do Estado, entre outras medidas, aplicar multa proporcional ao dano, na forma definida em lei.

Julgue os itens seguintes acerca da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-SC.

64. As providências para fins de instauração da tomada de contas especial serão adotadas pela autoridade administrativa competente, sobre pena de responsabilidade solidária, com o propósito de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano.

65. As contas dos responsáveis podem ser julgadas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, sendo que a ocorrência de dano ao erário é imprescindível para o julgamento pela irregularidade.

66. O Tribunal poderá autorizar o recolhimento parcelado do débito, desde que solicitado pelo interessado até o término do prazo de sua citação.

67. Para corrigir obscuridade, omissão ou contradição de acórdão do TCE, caberá a recurso de reexame.

68. O prefeito municipal poderá apresentar, ao Tribunal, pedido de reapreciação contra o conteúdo do parecer prévio emitido sobre as contas do período de seu mandato.

69. Em que pese goze de poder sancionatório, não cabe ao TCE aplicar a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual ou municipal, limitando-se a sua prerrogativa ao poder de propor a aplicação dessa medida.

70. A revisão de decisão definitiva proferida em processo de prestação de contas e tomada de contas especial poderá ser solicitada até o trânsito em julgado da decisão impugnada.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TCE-SC-23-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
